

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária**

**Período de Análise: 01/05/2015 a 31/05/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Incra vai retomar obtenção de terras no RS</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/05/2015.....	3
<b>Incra/GO realiza consulta pública para aquisição de fazenda de 1,3 mil hectares</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/05/2015 ....	4
<b>Incra vai adquirir imóvel para assentar 82 famílias no Paraná</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/05/2015.....	4
<b>Comunidade quilombola berço do Jongo no Brasil recebe posse de área no Rio de Janeiro</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/05/2015.....	6
<b>Incra inicia regularização do território quilombola de Marambaia no Rio de Janeiro</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/05/2015.....	7
<b>Justiça repassa ao Incra posse da fazenda de dois mil hectares no Piauí</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/05/2015 .....	8
<b>Incra reassenta em Santarém famílias atingidas pelo fenômeno terras caídas</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/05/2015 .....	9
<b>Quilombo Rincão dos Negros tem o RTID publicado</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/05/2015.....	10
<b>Agricultura familiar e reforma agrária são foco de debate na Câmara</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/05/2015 .....	11
<b>RJ: Incra recebe posse de fazenda localizada em Paracambi</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/05/2015.....	11
<b>Reforma agrária é prioridade, mesmo com corte.</b> Mateus Zimmermann - Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/05/2015.....	12
<b>Ministro debate agricultura familiar e reforma agrária no Senado Federal.</b> Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/05/2015 .....	14
<b>Governo federal corta mais de 50% dos recursos da Reforma Agrária</b> – Site do MST. 28/05/2015.....	15
<b>Decisão da Justiça Federal sobre imóvel Rio das Cobras é favorável ao Incra no Paraná</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/05/2015.....	17
<b>Título de terra para 48 agricultores familiares do Pará</b> – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/05/2015 .....	18

## **Inkra vai retomar obtenção de terras no RS – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/05/2015**

Em reunião com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) realizada no último domingo (03), a presidente do Incra Maria Lúcia Falcón sinalizou com a possibilidade da autarquia utilizar novamente a lei 4.132/62 para obtenção de áreas no Rio Grande do Sul. O instrumento legal prevê a desapropriação por interesse social genérico, permitindo a aquisição das áreas sem o pagamento de Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

O encontro, realizado na sede do Incra em Porto Alegre pela manhã, marcou a primeira vinda da presidente ao estado, e teve por objetivo debater alternativas para obter mais terras e assentar mais famílias – demanda reforçada pelo MST com a ocupação de área em Tapes na semana passada. O superintendente regional do Incra/RS, Roberto Ramos, apresentou um quadro geral com os assentamentos criados no Estado, as possibilidades e dificuldades para a incorporação de novos imóveis rurais. Entre estas, índices de produtividade defasados (o último imóvel desapropriado por descumprimento da função social no RS é de 2009), pagamento em TDAs da terra nua nos casos de compra e venda, o que tem afastado ofertas, entre outros.

A Lei 4.132/62 já foi utilizada pelo Incra/RS entre 2006 e 2010. A presidente da autarquia autorizou novamente o emprego desta modalidade. "É possível. Vamos usar qualquer instrumento", garantiu Falcón, que já agendou nova data para vir ao estado: na semana de 15 a 19 de junho, a direção nacional virá para a segunda edição do "Incra Itinerante", proposta de percorrer as superintendências regionais para encaminhar ações diretamente nos estados. A primeira edição será no Pará.

Aniversário – Após a reunião, Falcón visitou o assentamento Capela, em Nova Santa Rita, que comemorou 21 anos de criação. Conheceu as instalações da agroindústria de arroz agroecológico, administrada pela Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (Coopan), e assinou uma ordem de serviço para início de obras que vão ligar a rodovia Transaçoniana ao assentamento, por meio de convênio entre o Incra e a prefeitura de Nova Santa Rita. "O Brasil é grande, os desafios são variados. Aqui temos um exemplo do cooperativismo, da reforma agrária como desenvolvimento. Vejo o futuro do Brasil neste assentamento", disse a presidente.

A prefeita de Nova Santa Rita, Margarete Simon Ferretti, também saudou o aniversário do Capela. "Temos muito orgulho de ter quatro assentamentos em nosso município, que produzem para a cidade, para a merenda escolar. Somos um dos municípios que mais cresce na região metropolitana de Porto Alegre e no Rio Grande do Sul", afirmou.

O evento reuniu centenas de pessoas e foi prestigiado pelo deputado Federal Dionilso Marcon, pelo deputado estadual Edegar Pretto, pelo ex-governador Olívio Dutra, entre outras lideranças e representantes de entidades e instituições.

Gestão – Durante a agenda no Estado, Maria Lúcia Falcón salientou três pontos importantes para sua gestão: incorporar novas tecnologias ao trabalho técnico do Incra; pensar regionalmente, para concentrar investimentos e valorizar arranjos produtivos

próprios de cada território; e incorporar tecnologia à agricultura familiar, estimulando sistemas de produção intensiva.

---

### **Incra/GO realiza consulta pública para aquisição de fazenda de 1,3 mil hectares – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/05/2015**

Para dar transparência ao processo de compra da fazenda Água Forra, no município de Niquelândia, A Superintendência Regional do Incra em Goiás realizou audiência pública no final do mês passado (30), na Câmara Municipal de Niquelândia – distante cerca de 300 quilômetros da capital Goiânia, na região Norte do estado. A fazenda Água Forra tem 1,3 mil hectares e capacidade estimada para assentar 61 famílias. O valor estimado da aquisição é de R\$ 8,5 milhões.

Durante a audiência, os representantes do Incra em Goiás - Alberto da Silva Filho, superintendente substituto, e Luiz Célio Pereira de Azevedo, chefe da Divisão de Obtenção de Terras -, apresentaram as características da terra, seus índices de produtividade e detalharam o processo da compra e os mecanismos de avaliação da área.

Também foram divulgados os valores que caberão a cada futuro assentado pagar pelo lote recebido. Ao final da audiência, os presentes votaram para que a autarquia dê prosseguimento ao processo de aquisição do imóvel rural.

#### *Audiência*

O Incra realiza audiências toda vez que vai adquirir um imóvel rural pelo processo de compra, procedimento regulado pelo Decreto 433/92. Isso ocorre quando a fazenda é produtiva e o proprietário tem interesse em vendê-la ao Incra.

Para tanto, convida pelo menos 15 instituições, entre órgãos de controle, entidades representativas dos trabalhadores rurais, autoridades estaduais e municipais.

#### *Consenso*

Diferente da desapropriação, o processo de compra é consensual e sem demandas judiciais. A compra é um processo utilizado pelo Incra quando não há imóveis passíveis de desapropriação na região ou para resolver conflitos iminentes.

As áreas são ofertadas pelo proprietário ou o Incra faz uma proposta. A autarquia realiza a avaliação das áreas com base no mercado de terras da região. A terra nua é paga em títulos do Governo Federal e as benfeitorias, em dinheiro.

Antes da consulta pública, o corpo técnico do Incra vistoria o local e verifica se a propriedade tem boas condições para desenvolvimento de agricultura familiar ou pecuária. Só com a comprovação da utilidade da terra é que se convoca a audiência.

---

### **Incra vai adquirir imóvel para assentar 82 famílias no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 06/05/2015**

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf) do Paraná aprovou nesta terça (05), por unanimidade, a proposta de compra pelo Incra/PR

de parte do imóvel rural denominado Fazenda São Domingos, localizado no município de Cascavel (PR). A aquisição da área de 479,3258 hectares (ha) pelo Inca, com capacidade estimada para o assentamento de 82 famílias, dará fim a 16 anos de conflito pela posse da terra. O imóvel havia sido ocupado em 1999, dando início ao acampamento Casa Nova.

Na reunião, o superintendente regional do Inca no Paraná, Nilton Guedes, explicou a necessidade de realização da audiência para apresentação da proposta de compra pelo Inca do imóvel mencionado, cumprindo os preceitos legais do Decreto 433/1992. Também apresentou as características atuais e a proposta de implantação e destinação da área para assentamento de famílias de trabalhadores rurais.

“A aquisição deste imóvel reflete um grande avanço do Inca na resolução de conflitos de forma pacífica”, afirma Guedes. “Por essa razão cumprimos os trabalhadores rurais acampados pela resistência e por ter atendido aos nossos acordos e aos proprietários que se dispuseram a negociar”, complementou.

“Gostaria de enaltecer o trabalho do Inca, a lisura do processo e o interesse em resolver a questão, acabando com o sofrimento de quem invade e de quem é invadido, nesse processo de desconstrução de ambos os lados que tem se visto em todo o país”, ressalta o proprietário do imóvel Renato Festugato, presente na audiência.

O grande diferencial do imóvel é o cinturão de vegetação nativa que envolve as áreas exploráveis, permitindo com segurança a exploração de culturas agrícolas através da produção orgânica, já que a vegetação nativa confrontante protege os cultivos de possíveis contaminações da produção, com eventuais resíduos de defensivos agrícolas oriundos de cultivos de outros imóveis próximos. “Esta é uma das últimas áreas remanescentes com floresta preservada na região. A proposta é que seja um assentamento sustentável, com preservação ambiental e com matriz tecnológica centrada na agroecologia”, adianta o superintendente do Inca/PR.

Após a realização de Audiência Pública para apreciação da proposta de aquisição do imóvel, o Inca deverá publicar portaria para aquisição do imóvel e aprovar a emissão dos Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para a parte proprietária. Após o registro em cartório de registro de imóveis, transferindo a propriedade do imóvel ao Inca, será lançada a Portaria de Criação do Projeto de Assentamento, posteriormente o cadastro e a seleção de famílias e a implantação do Projeto de Assentamento.

### *Histórico*

Dois anos antes da ocupação, em 1997, o Inca realizou vistoria de fiscalização da função social, na qual o imóvel foi classificado como produtivo. Em 2006 a parte proprietária ofertou o imóvel rural ao Inca. Devido a pendências no imóvel, somente em 2013 foi concluída a avaliação, sendo considerada somente a parte aproveitável, acrescida das áreas necessárias para formação de Reserva Legal e Preservação Permanente, já que da área total, 70,97% são recobertas com vegetação nativa.

Em 2014 o Inca iniciou a negociação com a parte proprietária, para aquisição de apenas parte do imóvel. O valor proposto total é de R\$ 11.421.273,78, referente ao valor da terra nua, já que o imóvel não possui benfeitoria.

No Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR), realizado pelo Incra, foi considerado que a área do imóvel será explorada com as atividades de pecuária para produção de leite, apicultura para produção de mel e produções agrícolas voltadas ao mercado institucional e para fins de subsistência.

---

**Comunidade quilombola berço do Jongo no Brasil recebe posse de área no Rio de Janeiro – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/05/2015**

Após uma luta de quase dez anos, a Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo São José da Serra - localizado no distrito de Santa Isabel do Rio Preto, município de Valença, na região Sul Fluminense -, recebeu / foi imitada na posse pela Justiça Federal. A decisão é resultado de ação de desapropriação ajuizada pela Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro em 2011.

Foi a primeira ação ajuizada pelo Incra no Estado do Rio de Janeiro visando a titulação de uma comunidade quilombola baseada no Decreto Presidencial nº 4.887, de 20/11/2003. O processo foi requerido em outubro de 2005 pela Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo São José da Serra junto à Superintendência Regional do Incra/RJ. O território possui 31 famílias descendentes de escravos, distribuídas em 476 hectares.

Na tradicional Festa do Jongo de São José da Serra, que será realizada no próximo dia 16 de maio, o Incra/RJ entregará os Certificados de Concessão de Uso (CCU) às famílias quilombolas da comunidade.

*Histórico*

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) que abordou aspectos cartográficos, fundiários, agrônômicos, ecológicos, geográficos, socioeconômicos, históricos e antropológicos foi concluído pelo Incra em outubro de 2006. Após a sua publicação, foram notificados os proprietários, os confinantes e órgãos públicos e autarquias eventualmente interessadas em contestá-lo.

Em janeiro de 2007 foi apresentada contestação pelas proprietárias Empresa Agropastoril São José da Serra e Neuza Ferraz Pinto Vianna, julgada improcedente pelo Comitê de Decisão Regional do Incra/RJ, após as devidas análises técnica e jurídica.

Dando prosseguimento ao processo, o Diário Oficial da União publicou, em julho de 2007, o Edital que tornou pública a tramitação do processo administrativo, devidamente acompanhado de memorial descritivo e planta da área a ser titulada, possibilitando aos proprietários, eventuais ocupantes, confinantes e terceiros interessados oferecerem contestações.

Em dezembro de 2007 foi emitida Certidão de Autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, certificando que a Comunidade de São José da Serra é remanescente de quilombos. A comunidade é representada pela Associação da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo da Fazenda São José da Serra.

O momento seguinte foi a expedição, em janeiro de 2009, de Portaria pela Presidência do Incra reconhecendo e declarando como território da Comunidade Remanescente do Quilombo São José da Serra a área de 476 hectares, situada no município de Valença (RJ), de acordo com as informações levantadas no RTID.

Em comemoração ao Dia de Zumbi dos Palmares, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou, em 20 de novembro de 2009, Decreto declarando como de interesse social os imóveis abrangidos pelo Território Quilombola de São José da Serra, o que autorizou ao Incra a propor a ação de desapropriação.

### *Berço do jongo*

Após pesquisas nos Cartórios de Registro de Imóveis de Valença e adjacências, foi revelado que os membros da Comunidade Quilombola são descendentes de escravos que já habitavam as terras da atual Fazenda São José da Serra em meados do século XIX, sendo propriedade (os escravos e as terras) de José Gonçalves Roxo.

Com a chegada maciça de escravos africanos de língua banto, nas décadas de 1830 e 1840, seguiu-se a formação, no interior das fazendas da região, de comunidades escravas em relativa estabilidade até o final do período escravista.

Ao reforçarem sua identidade como originários de famílias de escravos Bantu, vasto grupo linguístico e cultural da África Central, compartilham uma série de valores que englobam a interação constante entre dois mundos: de um lado, o dos vivos, e de outro, e o das entidades, guias ou espíritos, que influenciam os destinos dos vivos.

Este sentimento de interação entre os mundos é expresso de forma intensa por meio da prática do Jongo - ritmo que, desde a chegada de escravos africanos em terras fluminenses, demarca o patrimônio cultural e religioso de seus descendentes. Segundo estudos, a comunidade de São José da Serra é um dos seus berços no Brasil.

Jongo (o canto), aliado ao caxambu (a dança), representa o ápice das festas do “13 de Maio”, dos dias dos santos católicos de devoção da comunidade, das festas juninas, dos eventos familiares especiais e das apresentações públicas, como é o Encontro de Jongueiros, realizado anualmente.

---

### **Incra inicia regularização do território quilombola de Marambaia no Rio de Janeiro – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 13/05/2015**

O Incra divulga nesta quarta-feira, dia 13 de maio, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola da Ilha de Marambaia, no Rio de Janeiro. O documento delimita as áreas pertencentes ao quilombo e é primeira etapa de sua regularização, resultado de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Incra, a Marinha e a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (Arqimar), com mediação do Ministério Público Federal, que encerrou 12 anos de disputa pelas terras.



A solenidade ocorrerá durante o Encontro Nacional de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas, realizado pelo Incra na Comunidade Quilombola Sacopã, no bairro da Lagoa, e está prevista para 12 horas. Além de representantes da Comunidade Quilombola da Marambaia, contará com o presidente substituto do Incra e diretor de Programas da autarquia, Leonardo Góes Silva, o superintendente regional do Incra/RJ, Gustavo Noronha, o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano, e representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e da Fundação Cultural Palmares, entre outras instituições.

Com a publicação do RTID no Diário Oficial da União, será aberto um prazo de 30 dias para manifestação de posicionamento sobre a delimitação e 90 dias para contestar a delimitação divulgada. Após este período, O Incra dará prosseguimento à demarcação e titulação das terras. De acordo com o TAC, ficou definido que a comunidade vai receber o título coletivo dos 53 hectares ocupados pelas 101 famílias remanescentes do quilombo.

No passado, Marambaia serviu de entreposto de africanos escravizados, antes de serem vendidos. Com o fim da escravidão, ex-escravos e seus descendentes permaneceram no local, ocupando a terra de forma tradicional e trabalhando como pescadores artesanais. Na década de 70, a ilha passou a ser usada como área de treinamento pelos fuzileiros navais, tendo surgido, a partir daí, os conflitos fundiários e a batalha judicial em torno da posse da ilha.

#### *Plano de Ação*

O Encontro Nacional de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas acontecerá durante os dias 13 e 14 de maio, no Rio de Janeiro. O primeiro dia será realizado na Comunidade Quilombola Sacopã, localizada no bairro da Lagoa, Zona Sul carioca, enquanto que no dia seguinte ocorrerá no Espaço Executivo, situado na Rua Visconde de Inhaúma, 134, grupos 204 e 209, Centro.

O objetivo do evento é avaliar a política quilombola, a atuação do Incra e planejar as ações de 2015. Além de servidores e dirigentes da autarquia, contará com representantes de comunidades quilombolas de todo o país.

---

### **Justiça repassa ao Incra posse da fazenda de dois mil hectares no Piauí – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 15/05/2015**

A Superintendência Regional do Incra no Piauí recebeu oficialmente, nesta quarta-feira (14), a posse da Fazenda Açude Várzea, localizada em Castelo do Piauí – distante cerca de 190 km da capital Teresina. No ato oficial da imissão/recebimento de posse da área, que tem cerca de dois mil hectares, estavam presentes representantes da associação dos trabalhadores, dos sindicatos, oficial de Justiça, e o procurador regional do Incra/PI, Manoel de Moura Filho.

A decisão da juíza Marina Rocha Cavalcante Barros Mendes, da 5ª Vara Federal em Teresina, foi proferida na Ação de Desapropriação Para Fins de Reforma Agrária proposta pelo Incra/PI. A imissão provisória da posse possibilita que o Incra possa iniciar os trabalhos de criação do assentamento.



Para o superintendente regional do Incra no Piauí, Marcelo Mascarenha, é uma vitória importante, pois o órgão está fazendo sua parte em promover a democratização do acesso à terra. Mascarenha informou também que o Incra/PI está trabalhando para em breve começar a implantação de assentamentos em mais duas áreas, uma no município de União (na região metropolitana de Teresina) e outra em Picos – no Sudoeste do Estado e distante cerca de 300 km da capital.

Segundo o chefe do Serviço de Implantação do Incra/PI, Lívio Carvalho, a área calculada por técnicos do órgão e tem capacidade para assentamento de 44 famílias.

A fazenda Açude Várzea foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária pelo Governo Federal em 2011. Com o decreto, o Incra/PI ficou autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural para a criação de um assentamento, que atenderá em especial famílias de trabalhadores rurais vinculadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Castelo do Piauí.

---

### **Incra reassenta em Santarém famílias atingidas pelo fenômeno terras caídas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 18/05/2015**

Em atendimento à demanda de moradores de Fátima de Urucurituba localizada na comunidade Santa Maria, a cerca de 11 km de Santarém (PA), a Superintendência Regional do Incra Oeste do Pará deu início na última quinta-feira (14) ao reassentamento das famílias que vivem nas chamadas "terras caídas", fenômeno que provoca o desmoronamento de porções de terras nas áreas várzeas que sofrem o impacto de maresia do rio Amazonas.

Cerca de 40 famílias foram transferidas do Urucurituba para o assentamento Eixo Forte, ambos projetos de assentamentos agroextrativistas situados no município de Santarém. A operação foi acompanhado por agentes da Polícia Federal (PF), em atendimento a pedido do Incra.

#### *Apoio policial*

Em reunião realizada no último dia 23 de abril, em Santarém, a Superintendência do Incra em Santarém relatou à PF ameaças que comunitários de Fátima de Urucurituba e do Eixo Forte sofriam. Elas são atribuídas ao proprietário de uma imobiliária em Santarém, contra o qual pesa a suspeita de venda de terras públicas no Eixo Forte.

Assim, a presença da PF garantiu tranquilidade ao procedimento de entrega dos lotes aos comunitários.

#### *Reconstrução da comunidade*

Com tamanho aproximado de 15 hectares, a área destinada às famílias de Fátima de Urucurituba está localizada na comunidade Santa Maria, dentro do PAE Eixo Forte.

Santa Maria fica a aproximadamente 11 quilômetros da área urbana de Santarém, nas proximidades do aeroporto Maestro Wilson Fonseca.

Com a entrega dos lotes, as famílias de Fátima de Urucurituba ficam aptas a ocupar, em definitivo, a área destinada pelo Incra. É o início da reconstrução da comunidade.

A divisão da área respeitou a tradição de vizinhança da comunidade original, definida pelo Incra com o acompanhamento das famílias e entidades que as representam.

O ato de entrega sucede avaliação do Incra quanto a pretensões de posse e propriedade, as quais foram consideradas ilegítimas, possibilitando a definição da área, na comunidade Santa Maria, para as famílias de Fátima de Urucurituba.

Todo o processo de remanejamento das famílias conta com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) de Santarém e da Federação do PAE Eixo Forte.

#### *Assistência*

Cestas de alimentos foram entregues às famílias pela Ouvidoria Agrária Regional e pelo Incra. O intuito é oferecer uma assistência básica neste período de transição.

Assentadas da reforma agrária, agora no PAE Eixo Forte, as famílias de Fátima continuam como beneficiárias de políticas públicas sob a competência do Incra.

---

### **Quilombo Rincão dos Negros tem o RTID publicado – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 19/05/2015**

A superintendência regional do Incra no Rio Grande do Sul identificou uma área de 571,86 hectares a ser regularizada em benefício das 29 famílias da comunidade remanescente de quilombo Rincão dos Negros, em Rio Pardo. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território, composto por diversos estudos e levantamentos, foi publicado nos Diários Oficiais da União (DOU) e do Estado (DOE), nesta segunda-feira (18).

A área, dividida em quatro glebas, tem sua origem na doação feita por Jacinta Souza a seus 87 escravos alforriados no fim do século XIX. A história da comunidade é parte do relatório antropológico elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

#### *É uma primeira conquista*

Adair David, presidente da Associação Comunitária Quilombola Jacinta Souza, entidade que representa o quilombo, menciona que o relatório é um passo que tinha que ser dado nesse processo. "É uma primeira conquista e ficamos muito felizes por ter acontecido isso", diz ele. Já a antropóloga do setor de Projetos Especiais do Incra, Janaína Lobo, comenta que prosseguir com as ações para a regularização fundiária de Rincão dos Negros não denota apenas o cumprimento de uma normativa ou o mero exercício de uma competência institucional, mas – sobretudo – consiste na efetivação de uma reparação histórica no seu pleno sentido de justiça.

O processo de regularização do território teve início em 2005. Com a divulgação do RTID, todos os proprietários, posseiros, lindeiros e demais ocupantes com terras inseridas no perímetro identificado serão notificados e terão 90 dias de prazo para apresentar suas contestações ao Incra/RS. Este é o 18º RTID publicado no Rio Grande do Sul.

---

## **Agricultura familiar e reforma agrária são foco de debate na Câmara – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 20/05/2015**

“O MDA tem marcado importantes avanços para a agricultura familiar brasileira. Saltamos dos R\$ 2,3 bilhões no Plano Safra 2002/2003 para R\$ 24,1 bilhões no ano agrícola atual. A nossa agricultura representa 84% dos estabelecimentos agropecuários e R\$ 89 bilhões do valor bruto da produção no País”, destacou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, em audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. Na reunião, realizada nesta quarta-feira (20), Patrus respondeu aos questionamentos dos parlamentares que integram a comissão. A presidente Incra, Maria Lúcia Falcón, também participou da discussão.

Agricultura familiar, reforma agrária e titulação de áreas quilombolas fizeram parte do debate requisitado por parlamentares da comissão. Em sua fala de abertura, Patrus afirmou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário trabalha em duas frentes: na consolidação da agricultura familiar como espaço de renda e avanço dos trabalhadores rurais, bem como na reforma agrária, com foco no direito constitucional da função social da propriedade.

Segundo o ministro, esses avanços impulsionaram grandes conquistas. “É importante registrar que o Brasil foi retirado do mapa da fome, em 2014. Isso é um reconhecimento das estratégias governamentais para a superação da questão. Essa conquista tem a ver com outros setores, mas está muito relacionada com o trabalho dos agricultores familiares que têm uma produção voltada para o mercado interno”, salientou.

### *Acampados*

Questionado pelos deputados, Patrus reafirmou as prioridades da pasta para esta gestão. “Vamos trabalhar com dedicação, mobilizar os nossos recursos para assentar todas as pessoas acampadas no território brasileiro e transformar os espaços da agricultura familiar em áreas de convivência”.

De acordo com a deputada Tereza Cristina, é importante que os assentamentos da reforma agrária tenham boa infraestrutura. “Precisamos colocar as coisas no lugar. Estamos aqui porque queremos que a agricultura familiar seja pujante, tenha assistência técnica e gere renda”, observou.

E para assegurar que isso ocorra, a presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón destacou os anseios da autarquia. “Precisamos transformar o Incra em uma máquina tecnológica para acelerar as nossas ações. A nossa missão é muito nobre e importante, somos o órgão que tem que cuidar da terra da nossa pátria.”

Após o encontro na Comissão de Agricultura, Patrus prestigiou o encontro de governadores promovido pelo Senado Federal, no Salão Negro da Câmara.

---

## **RJ: Incra recebe posse de fazenda localizada em Paracambi – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 22/05/2015**

A Superintendência Regional do Incra no Rio de Janeiro recebeu, oficialmente, na

quarta-feira (20), a posse da fazenda Ribanda e Anexo Sítio Rio Bandar, situada no município de Paracambi, região metropolitana do Rio de Janeiro. O imóvel possui área medida de 326,5 hectares e capacidade para abrigar 20 famílias de trabalhadores rurais.

A transmissão da titularidade do imóvel para o Incra foi feita por meio de um oficial de justiça e permite à autarquia iniciar os trabalhos de criação do assentamento. As famílias interessadas em viver no imóvel serão cadastradas e passarão por um processo de seleção para serem assentadas.

Essa será a primeira vez em que o Incra implantará no Rio de Janeiro um projeto de assentamento na modalidade casulo. Desenvolvido em parceria com o poder público municipal, mediante acordo de cooperação técnica, esse tipo de assentamento é indicado para áreas localizadas no entorno de núcleos urbanos. A aplicação de políticas públicas ocorre por meio dessa cooperação entre agentes públicos proporcionando trabalho, renda e segurança alimentar para os assentados.

Para o superintendente regional do Incra/RJ, Gustavo Souto de Noronha, a obtenção da posse da fazenda é uma vitória importante, pois mostra que o Incra continua exercendo o seu principal papel, que é o de promover a democratização do acesso à terra. Falando às famílias que estavam vivendo acampadas no entorno da fazenda, aguardando essa imissão na posse, Noronha ressaltou que esse é o momento das famílias permanecerem unidas.

Além das famílias acampadas no entorno da fazenda, estiveram presentes no ato de imissão na posse os secretários de Agricultura de Paracambi, José Geraldo Diogo, e de Planejamento do município, Carlos César Cima Aires, que representaram a prefeitura.

#### *Fazenda Ribanda*

O imóvel denominado fazenda Ribanda e Anexo Sítio Rio Bandar foi reconhecido como sendo de interesse social para fins de reforma agrária por meio de decreto da presidência da república publicado em 2011. O laudo de avaliação e vistoria realizado pelo Incra classificou o imóvel como grande propriedade improdutiva e constatou diversas irregularidades ambientais.

A área total do imóvel foi avaliada em R\$ 2,6 milhões, sendo aproximadamente R\$ 2,4 milhões o valor da terra nua e o restante o valor das benfeitorias existentes.

---

#### **Reforma agrária é prioridade, mesmo com corte. Mateus Zimmermann - Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 23/05/2015**

Em agenda na capital pernambucana, a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Maria Fernanda Coelho, garantiu que, mesmo com o corte orçamentário, a reforma agrária é prioridade para o Governo Federal. “Vamos assentar 120 mil famílias, até 2018, e esses assentamentos vão ser espaços qualificados, vão ter luz, água, moradia, crédito e assistência técnica. Todas as condições para impulsionar a produção de alimentos saudáveis”, assegurou ela, durante encontro realizado neste sábado (23), com membros da direção da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Pernambuco (Fetape). Segundo Maria Fernanda, o Incra vai garantir recursos para a vistoria de imóveis rurais que possam servir para assentar as famílias.

Para o presidente da federação, Doriel Barros, o diálogo com o Governo Federal é fundamental para promover novas conquistas. “Esta semana tivemos o Grito da Terra, um grito unificado, com todos os movimentos do campo apresentando uma pauta única ao governo de Pernambuco. Mas, sabemos que o Governo Federal é determinante para as ações que acontecem no estado, por isso este diálogo é importante”, destacou Doriel Barros que entregou alguns projetos de agroindústrias e de organização produtiva à secretária do MDA.

Entre as principais demandas da Fetape estão: ampliação da assistência técnica para os assentamentos da reforma agrária e do número de residências construídas e reformadas pelo Minha Casa, Minha Vida Rural.

#### *Convivência com o semiárido*

Ainda em Recife, a secretária-executiva do MDA, visitou a sede do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), no estado. A ação, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), tem o desafio de promover o desenvolvimento rural sustentável, combatendo a pobreza e garantindo segurança alimentar e hídrica para agricultores do semiárido.

Para Maria Fernanda Coelho, é preciso um olhar diferenciado para assegurar o fortalecimento da agricultura na região, que possui clima e regime de chuvas particulares. “Temos uma dívida histórica com essa região. Apesar do grande avanço nos indicadores que tivemos nos últimos 12 anos, ainda persiste uma enorme desigualdade. Então um projeto como o Dom Helder, que leva assistência técnica adequada ao semiárido, é muito importante”, destacou ao salientar o bom resultado obtido pelos agricultores atendidos.

Para o diretor do projeto, Expedito Rufino, os expressivos resultados são fruto do trabalho dos agricultores, associado a uma assistência técnica que respeita as diversidades locais. “Em nossa história articulamos 149 grupos produtivos de mulheres, com 1.451 participantes. Temos 23 grupos produtivos de jovens, alguns produzindo mel para consumo humano e produção de cosméticos, outros trabalhando na produção de algodão agroecológico”, disse ao salientar que o programa também atua na implementação de tecnologias socioambientais, como biodigestores que utilizam as fezes dos animais da propriedade para produção de gás metano, substituindo o tradicional Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) usado no fogão residencial.

#### *Projeto Dom Helder Câmara*

Desde 2001, o PDHC desenvolve ações de assistência técnica, com o foco na convivência com a realidade do Semiárido brasileiro. O projeto é uma ação do Governo Federal, com o apoio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura das Nações Unidas (Fida), para o desenvolvimento da agricultura em regiões desertificadas em todo o planeta.

Como o explica Expedito Rufino, o grande propósito do PDHC não é combater a seca, mas ensinar a conviver com o semiárido. “Este é um projeto de parceria entre o Estado e a sociedade, um projeto que vai além da agricultura. Nenhuma família de agricultor sabe fazer uma coisa só, as famílias sabem fazer muitas coisas, e este é um conceito

importante para nós.” Ele também salientou que, para a superação da pobreza na região, o aprendizado e a troca de saberes, são tão importantes quanto as oportunidades.

#### *Números PDHC*

O projeto já atendeu mais de 15 mil famílias em seis estados do nordeste brasileiro e, articulado em 77 municípios, dentro oito territórios rurais no semiárido.

Dentro do universo de famílias atendidas pelo projeto, já foram realizadas 11.176 operações do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com um valor médio por contrato de R\$ 4.401, representando o dobro da média dos valores de outros contratos na mesma região que não são atendidos pelo Dom Helder.

---

#### **Ministro debate agricultura familiar e reforma agrária no Senado Federal. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 28/05/2015**

Os programas prioritários e as novas diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ganharam destaque, na manhã desta quinta-feira (28), na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Durante a audiência, o ministro do MDA, Patrus Ananias, anunciou o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016, que será no dia 15 de junho.

O ministro destacou os grandes avanços conquistados pela agricultura familiar nos últimos anos e o importante papel dos agricultores familiares para a produção de alimentos saudáveis. “Lembrar os avanços extraordinários que a agricultura familiar teve nos últimos anos nos dá segurança de que continuaremos avançando no futuro. Em pouco mais de dez anos, saltamos de R\$ 2,3 bilhões do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para R\$ 24,1 bilhões em 2014/2015. Além de outros grandes avanços no Brasil, como a retirada do País do mapa da fome pela FAO”, ressaltou.

#### *Prioridades*

Aos senadores, Patrus afirmou que a reforma agrária e a regularização fundiária são prioritárias para a pasta. “Estamos priorizando fazer dos assentamentos espaços em condições dignas, fazendo com que se tornem cada vez mais produtivos e que promovam a saúde, a vida e o bem estar das famílias. Queremos que haja uma agricultura produtiva e que, além da produção de alimentos, sejam espaços de vida com políticas públicas efetivas na educação, na cultura, na inclusão digital, na infraestrutura e no escoamento da produção”, pontuou.

O ministro reforçou, ainda, o compromisso de trabalhar com empenho para assentar todas as famílias acampadas até o final de 2018. “Sabemos que é um objetivo ousado, mas estamos trabalhando boas parcerias. E é o nosso desejo é não termos mais nenhuma pessoa, especialmente nenhuma criança, embaixo da lona ao final do mandato da presidenta Dilma Rousseff”.

Outra prioridade do ministério, de acordo com Patrus, é manter as crianças e os jovens no campo. “É fundamental a inclusão digital. Levamos as mais modernas tecnologias



para que essa juventude possa permanecer no campo dando continuidade aos avanços do meio rural”, considerou.

Segundo o ministro, o MDA tem trabalhado para atender um novo conceito de ruralidade que vem se formando. “Temos mais de três mil municípios com menos de 20 mil habitantes, onde a maioria dos habitantes vive no meio rural. Queremos pensar esses ambientes como pontos de convergência da população rural e de serviços relacionados com educação, saúde, cultura e mercados para que os agricultores familiares possam vender seus produtos”, elencou.

---

### **Governo federal corta mais de 50% dos recursos da Reforma Agrária – Site do MST. 28/05/2015**

*Os recursos destinados ao Incra vêm sofrendo um declínio sistemático nos últimos anos. De 2010 a 2014, o orçamento anual do órgão caiu 85%.*

Os cortes anunciados pela equipe econômica do governo federal no último dia 22/05, um contingenciamento de quase R\$ 70 bilhões no orçamento da união para 2015, tendem a estagnar ainda mais o processo da Reforma Agrária no país.

Cerca de 53.3% dos recursos discricionários, ou seja, aqueles que são priorizados pela própria pasta, foram contingenciados. Esse montante resultou na redução de 49.4% nas dotações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para este ano.

Do montante autorizado em Lei, de pouco mais de R\$ 3,5 bilhões, restaram apenas R\$ 1,8 bilhão.

Esse valor será responsável pela manutenção dos programas já existentes, além do pagamento de dívidas adquiridas pelo próprio ministério. Isso significa que pouca ou nenhuma verba será destinada a novos projetos de interesse da Reforma Agrária.

Entre todas as pastas afetadas pelo contingenciamento, o MDA foi o 6º colocado em termos de corte proporcional.

Essa posição acompanha a tendência de queda nos gastos do governo federal com o Instituto Nacional de Colonização Agrária (Incra), órgão que executa a política de desapropriação de terras e assentamento de famílias.

Segundo dados do Portal da Transparência, o Incra recebeu R\$ 1,408 bilhão em 2014. Este é o menor gasto desde 2005, quando o órgão recebeu R\$ 1,3 bilhão.

A discrepância entre os dois orçamentos fica ainda maior quando se analisa o total gasto pelo governo federal em despesas diretas.

Desde o primeiro mandato da presidente Dilma, o Incra teve um corte de 75% em seu orçamento.

Para o integrante da coordenação nacional do MST, Alexandre Conceição, o programa neodesenvolvimentista apresentado pelo atual governo chegou ao seu limite.

“A presidenta Dilma já entrou pra história do Brasil como a pior presidenta do período recente para os trabalhadores rurais Sem Terra. O seu governo foi responsável por



paralisar a Reforma Agrária, retomar as teses do Banco Mundial, que nos últimos quatro anos burocratizou os processos de desapropriações, fazendo com que menos de 15 mil famílias fossem assentadas em todo Brasil em 2014”, destaca.

Conceição vê com preocupação o corte feito ao MDA. Para ele, com a falta de recursos, o que já estava péssimo tende a piorar ainda mais.

“Com essa paralisia e agora com a tesoura do Ministério da Fazenda, não temos expectativas de melhora na disposição de terras para a Reforma Agrária. Com o corte de mais de 49% é economicamente inviável que o ministro Patrus Ananias cumpra com a promessa de assentar todas as famílias acampadas no Brasil, que hoje já são mais de 120 mil”, conclui.

Os recursos destinados ao Incra vêm sofrendo um declínio sistemático nos últimos anos. Em 2010, o orçamento anual do órgão foi de R\$ 4 bilhões de reais, já em 2014 esse número caiu para R\$ 1.395,551, 748. Uma sangria de 85% dos recursos.

Para o economista da Auditoria Cidadã da Dívida, Rodrigo Ávila, essa queda sistemática de verbas destinadas ao Incra está diretamente ligado à estagnação da Reforma Agrária em todo país.

“O orçamento é a expressão do poder político de cada grupo dentro do governo. Enquanto os rentistas ficam com R\$ 1,356 trilhão, o MDA fica com apenas R\$ 1,8 bilhão. Desta forma, a agricultura brasileira permanece caracterizada pelos monocultivos de exportação, enquanto a agricultura familiar, voltada para o mercado interno, permanece com a menor parte das terras”, destaca.

Ávila ressalta ainda que este modelo econômico e agrícola “permite a atual inflação de alimentos, que pressiona o índice geral de inflação, que de forma absurda, é usada como justificativa para aumentar ainda mais os juros, como um círculo vicioso que tira mais dinheiro da Reforma Agrária”.

O economista lembra que este corte significa a redução da metade do Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário. “Este orçamento já era pequeno, de R\$ 3,6 bilhões, e agora foi reduzido a R\$ 1,8 bilhão, o que representa 753 vezes menos do que a previsão de gastos neste ano com juros e amortizações da dívida pública federal, de R\$ 1,356 trilhão. Este valor reservado à dívida não foi cortado em um centavo sequer, e está fora de qualquer discussão do governo ou dos grandes meios de comunicação”, afirma.

### *Impactos*

O valor total do contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões prevê uma redução significativa de verbas em ministérios fundamentais para o desenvolvimento do país como saúde, educação e agrário.

A redução de gastos tem por objetivo manter equilibradas as contas públicas, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com o corte, o governo pretende cumprir a meta de superávit primário de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Esse é o maior corte feito pelo governo Dilma. Em 2011, primeiro ano de mandato, o bloqueio foi de R\$ 50 bilhões. Em 2012, esse valor subiu para R\$ 55 bilhões. Já em 2013, o corte foi de R\$ 38 bilhões, e em 2014, R\$ 44 bilhões.

Para Rodrigo Ávila, o pacote apresentado pelo governo nada tem a ver com austeridade, mas sim com o corte de gastos sociais para destinar mais recursos aos grandes bancos e investidores, os principais beneficiários da dívida pública.

Ele afirma ainda que a dívida pública é o pano de fundo para justificar a edição de pacotes de austeridade fiscal e corte de direitos, e que a auditoria da dívida é o caminho para identificar as falácias do governo para impor essas medidas.

“A auditoria da dívida está prevista na Constituição de 1988, porém, jamais foi realizada. Recentemente, o Equador decretou uma auditoria oficial da dívida, chamou a sociedade civil para participar, e assim mostrou diversas ilegalidades neste endividamento”, recorda.

Após esse episódio, o Equador conseguiu anular 70% da dívida externa com os bancos privados internacionais. “Ou seja, é possível enfrentar o setor financeiro, basta vontade política. Aqui no Brasil também foram constatados diversos e graves indícios de ilegalidades na dívida pública, muitos deles semelhantes aos do Equador. A recente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida na Câmara dos Deputados identificou a influência dos bancos na definição das taxas de juros pelo Banco Central, dentre vários outros graves indícios de ilegalidades. Tudo isso deveria ser auditado, com a participação da sociedade civil”, finaliza.

---

### **Decisão da Justiça Federal sobre imóvel Rio das Cobras é favorável ao Incra no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/05/2015**

A superintendência regional do Incra no Paraná aguarda os desdobramentos da decisão judicial da 1ª Vara Federal de Cascavel, proferida no último dia 12 de maio, que trata do pedido de nulidade do título da área da fazenda Rio das Cobras. A decisão diz respeito às matrículas da área do assentamento com cultivo de espécies florestais Celso Furtado, que abriga 1.107 famílias e está localizado em Quedas do Iguaçu, no Centro-Sul Paranaense.

De acordo com o superintendente regional do Incra/PR, Nilton Bezerra Guedes, o litígio sobre a dominialidade do título de propriedade do imóvel Rio das Cobras tramitou na Justiça Federal. “A declaração da nulidade dos títulos reconhece o domínio da União sobre o imóvel e, dessa forma, exige a devolução da indenização levantada pela empresa no processo, pois a posse de imóvel público não gera direitos sequer pelas benfeitorias implantadas”, explica Guedes. Os valores depositados pelo Incra, à época, foram de R\$ 75 milhões e deverão ser devolvidos com a devida correção monetária.

Para o superintendente, a decisão judicial é um marco importante para a consolidação da atuação do Incra na região, no sentido de solucionar conflitos agrários. “Tratamos esse assunto com muito zelo e reconhecemos como correta a decisão da magistrada, sabendo, todavia, que deverá haver contestação por parte dos réus. Estamos preparados para levar

a discussão adiante, em instâncias superiores, sempre acreditando na nulidade desses títulos”, comenta Guedes.

A decisão se refere à ação proposta pela Procuradoria Federal Especializada do Incra no Paraná a pedido da própria autarquia. A ação de nulidade de título diz respeito a cerca de 23 mil hectares - no qual o assentamento Celso Furtado está instalado - e que está inserida em um título maior: o Rio das Cobras, com 56 mil hectares.

Paralelamente ao acompanhamento desta ação judicial, o Incra/PR realiza estudos sobre a cadeia dominial de área remanescente dos títulos Rio das Cobras e Pinhal Ralo. Após análise técnica e jurídica sobre a legalidade dos títulos, o Incra poderá entrar com ação de nulidade visando o assentamento de famílias acampadas. Como, por exemplo, as cerca de 1.500 famílias de trabalhadores rurais sem terra instaladas no acampamento Herdeiros da Luta - o maior do Brasil localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu.

---

### **Título de terra para 48 agricultores familiares do Pará – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/05/2015**

O programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entrega, neste sábado (30), 48 títulos de terra para agricultores familiares de Itaituba, no Pará. Os documentos são fruto do compromisso do Governo Federal em garantir as condições para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.

O título auxilia no desenvolvimento econômico das propriedades, como explica o secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes. “Em cada comunidade que atuamos encontramos uma situação que se repete: agricultores que não têm o documento de suas propriedades e por isso têm muita dificuldade de terem dinamismo econômico. Queremos alterar esta realidade garantindo o direito ao título e criando as condições para o desenvolvimento em bases sustentáveis.”

Após receber o documento emitido pelo Governo Federal, o produtor rural deve realizar o registro no Cartório de Imóveis de seu município, garantindo assim a validade do título. Também é importante que o agricultor cumpra a legislação ambiental e faça o Cadastro Ambiental Rural (CAR) da propriedade.

#### *Programa Terra Legal Amazônia*

O programa tem como objetivo a regularização de áreas e imóveis que estão em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, unidades de conservação, florestas públicas, áreas da Marinha e reservadas à administração militar.

Criado em 2009, o Terra Legal é coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da Amazônia Legal, que abrange nove estados.

O programa promove a redução do desmatamento e o aumento da produtividade dos agricultores familiares, pois ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais, como a manutenção da área de preservação

permanente ou o reflorestamento da área desmatada. Agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa